

SERJUSMIG



Notícias

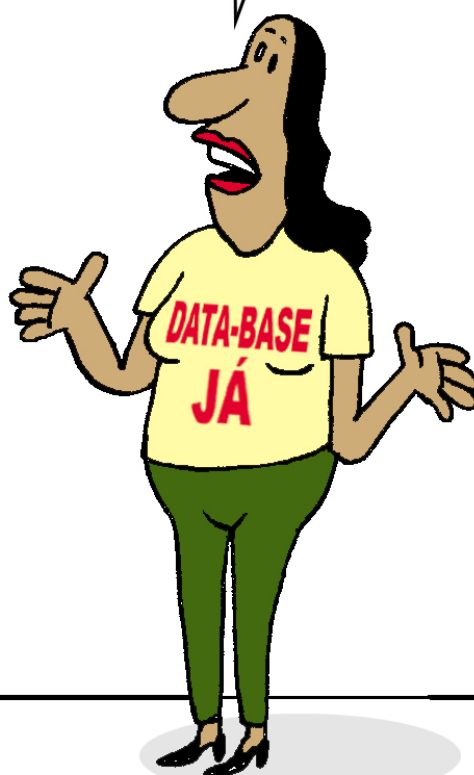
Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais

TJMG, A CULPA É SUA. A GREVE CONTINUA!

VOCÊ SABE
O QUE É
SALMÃO?



NUNCA VI
NEM COMI,
EU SÓ OUÇO
O TJ FALAR!



TJMG tenta desmentir sindicatos, mas acaba confirmando informações

Tentando desmentir o que os Sindicatos vêm divulgando, o TJMG acabou por confirmar as informações de que a Casa não reconhece a Lei 18.909/2010 como aquela que assegura o processamento da revisão-geral salarial da categoria em 1º de maio. Em ofício enviado a todos os diretores dos foros do Estado, o TJMG desqualifica a data-base, visando a quebrar o argumento sustentado pelo Sindicato de que não há impedimento na Lei de Responsabilidade Fiscal para que seja concedida a revisão salarial (inciso X do art. 37 da CF).

Auxílio-creche e PV2013: a verdade

“Fazendo caridade com o chapéu alheio”, a atual Administração afirma que aumentou o valor do auxílio-creche em 2014 e do montante destinado às promoções verticais (PVs) de R\$ 6 milhões para R\$ 12 milhões no orçamento de 2015. Ora, todos sabem que o orçamento de 2014 é da gestão passada e o de 2015 foi construído por equipe de transição das duas gestões (atual e anterior). E os 12 milhões destinados à PV 2014 já haviam sido acordados entre os sindicatos e o então presidente do TJ, des. Herculano Rodrigues, e aprovado no orçamento relativo ao seu mandato. Na verdade, imediatamente após tomar posse, o atual ocupante do cargo de presidente quis cortar deste da PV R\$6 milhões. O então técnico do DIEESE,

o saudoso companheiro Fabrício Cruz, localizou um documento que comprovava que a Administração passada havia reservado R\$ 12 milhões no orçamento para a PV e, com isso, a atual gestão teve que rever seu corte de 50% dos recursos. Quando coube à atual Administração dispor sobre orçamento, ela efetivou seu intento: cortou pela metade os recursos da PV. Para o edital 2014, embora o número de candidatos aptos tenha quase quadruplicado, o investimento para PV foi reduzido para R\$ 6 milhões.

O cumprimento de direitos não faz parte da cartilha da atual gestão do TJMG

Se para alguém ainda não estava claro, agora é inegável: a atual gestão do TJMG se recusa a dialogar com os sindicatos (prefere enviar ofícios aos diretores dos fóruns ou publicar notas na intranet) e também não aceita cumprir este direito legal dos Servidores (revisão geral), não por falta de disponibilidade orçamentária (já que para isto a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 22 aponta uma alternativa), mas, sim, pelo simples fato de não reconhecer o valor do Servidor, não respeitar suas conquistas e, por isso, se sentir no direito de desrespeitá-lo.

VEM AÍ O 17º ENCONTRO DE DELEGADOS SINDICAIS DO SERJUSMIG

Sucesso em todas as suas 16 edições passadas, aproxima-se a data da realização do 17º Encontro de Delegados do Serjusmig.

O evento reúne os delegados que os Servidores elegem em suas comarcas - sem nenhuma intervenção da direção do Sindicato - para representá-las perante o SERJUSMIG e, seja pelo alto nível dos palestrantes, ou pela importância dos temas discutidos, firmou-se como o espaço mais democrático e representativo para a categoria interagir, compartilhar idéias e experiências, e mais do que isso, ter voz e voto nas decisões sindicais, principalmente no que se refere às contas da direção e ao calendário de prioridades e lutas a serem seguidos pela entidade.

As contas da entidade são enviadas previamente aos delegados, conforme determinação estatutária e os temas escolhidos para a programação buscam a maior proximidade possível com a situação enfrentada pela categoria no momento, fazendo parte, portanto, deste próximo Encontro, a discussão sobre a criminalização do movimento sindical, a Liberdade de Expressão, a Saúde dos Trabalhadores, entre outros.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AGE - DIA 28/11

O SERJUSMIG - Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio de sua Presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigos 4º, 5º, 6º, parágrafo 3º e inciso V, arts. 7º, 8º, 10, II e 13 do Estatuto da Entidade, convoca todos os seus sindicalizados para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no dia 28 de novembro de 2015 (sábado), às 8h30, na 1ª convocação, com o número regimental; e às 9 horas, na 2ª convocação, com o número de participantes; no Hotel Fazenda Tauá, situado na BR 381 (antiga 262), KM 267, no Distrito de Roças Novas, Município de Caeté, Minas Gerais, para deliberar, aprovando ou rejeitando, o seguinte: A)- Prestação de Contas do SERJUSMIG referente aos períodos de: 1º de outubro a 31 de dezembro de 2014. E de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015, com análise e votação, pelos sindicalizados presentes na AGE, do relatório do Conselho Fiscal sobre tais contas, aprovando-as ou rejeitando-as. B) Responsabilidade do SERJUSMIG por eventual condenação nas Ações ordinárias com requerimento de antecipação de Tutela PJe: nº 6065161-18.2015.8.13.0024 e nº 6067002-48.2015.8.13.0024. PS: Durante a Assembleia Geral, será franqueada a entrada e participação de todos os sindicalizados, no espaço do hotel onde a AGE será realizada. Encerrada a AGE, o 17º Encontro de Delegados do SERJUSMIG volta a ser fechado aos Servidores(as) devidamente inscritos e cujos nomes foram aprovados pela Diretoria Executiva do Sindicato, sob a obediência das regras para a participação.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2015.
(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente/SERJUSMIG

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Sandra Margareth Silvestrini de Souza; **1º Vice-Presidente:** Luiz Fernando Souza; **2º Vice-Presidente:** Rui Viana da Silva; **3º Vice-Presidente:** Luzimar Silva Nunes Gontijo; **Sub-Diretor Secretário:** Juliano Ribeiro da Cunha; **Diretora Financeira:** Tatiana Correia Borges; **Sub-Diretor Financeiro:** Alipio de Faria Braga; **Diretora de R.Públicas, Promoções e Eventos:** Simone Salgado Rodrigues Gomes; **Sub-Diretor de R. Públicas, Promoções e Eventos:** Willer Luciano Ferreira; **Diretor de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Théo Lellis Alves Nardelli; **Sub-Diretora de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Denise Silvestrini de Campos; **Diretora Social:** Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; **Sub-Diretor Social:** Adalton Couto do Carmo.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: 1º) Antônio Ancelmo de Sousa; 2º) Ênio de Senna Gomes Júnior; 3º) Jorcelina Aparecida Ferreira; 4º) José de Queiroz Toledo; 5º) Luciano César; 6º) Tadeu José da Rocha.
SUPLENTES: 1º) Antônio Costa dos Santos Júnior; 2º) Eduardo Luiz P. Furbeta; 3º) Jorge Antônio de Almeida; 4º) Wellington Quintiliano.

Editoras Responsáveis: Ana Drummond Guerra (MG05574JP) e Renata Carneiro (MG08322JP)

Diagramação e Textos: Ana Drummond Guerra e Renata Carneiro

Fotos: Ana Drummond Guerra, Renata Carneiro, Franklin Almeida e colaboradores

Impressão: Gráfica Formato

Tiragem: 11.000 exemplares

www.serjusmig.org.br

AGE decide pela continuidade da greve

Prazo indeterminado. Servidores de diversas comarcas mineiras, presentes à AGE, decidem: a greve parcial, por prazo indeterminado, continua!

Servidores presentes na AGE do dia 7/11, em decisão quase unânime, votaram pela continuidade da greve parcial da categoria, por tempo indeterminado. O que levou à maioria dos votos pela continuidade do movimento foi a constatação, pelos Servidores, da inexistência de qualquer iniciativa efetiva, por parte da Administração do TJMG, em negociar com a categoria.



sobre as propostas apresentadas e defendidas pelas lideranças sindicais.

Até então, não houve qualquer resposta às propostas apresentadas e defendidas pelo SERJUSMIG na reunião com os interlocutores ocorrida no dia 5/10, a marcação de uma reunião para apresentar as respostas e nem mesmo o compromisso de que o Sindicato teria acesso às notas taquigráficas do citado encontro foi cumprido.

Os participantes manifestaram sua total indignação quanto à falta de ações concretas da Casa, no sentido de se abrir efetiva negociação com o Sindicato a fim de se tentar chegar a um acordo em torno das justas reivindicações da categoria. Desde a última reunião, realizada em meio a uma greve geral promovida em 5/10 e ato público na porta do TJMG, seguido de AGE, nem a comissão de interlocução voltou a se manifestar



Durante a Assembleia, foi deliberada também a realização de um Ato Público, em conjunto com o SINJUS-MG e SINDSEMP-MG, na próxima quarta-feira, 11-11, em frente ao Palácio da Justiça (TJMG/ Afonso Pena). Mais detalhes sobre o horário e a atividade do dia 11/11 serão divulgados no site na próxima segunda-feira.

**O SERJUSMIG conta com a participação de todos!
SÓ A UNIÃO LEVARÁ À VITÓRIA!**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AGE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - DIAS 14/11 E 21/11

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUSMIG, representado por sua presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigos 2º, inciso, II, IX, X, e XI artigo 3º, inciso I, artigos 4º, 5º, 6º, inciso VI, art. 13, g, e art. 15º, inciso III do Estatuto da Entidade, convoca todos os Servidores da Justiça de 1ª Instância, Sindicalizados ou não, para a Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a ser realizada no sábado, 14 de novembro de 2015, às 9h30, em 1ª convocação, com o número regimental; e às 10h, em 2ª convocação, com o número de participantes, no Colégio Nossa Senhora do Monte Calvário, na Avenida do Contorno, 9384, Barro Preto, Belo Horizonte, para debaterem e deliberarem sobre o movimento grevista da categoria, definindo por sua continuidade ou não; em caso de decisão pela continuidade, se será geral ou parcial, por tempo determinado ou indeterminado. No caso de decisão pela continuidade da greve, fica desde já convocada nova AGE para o dia 21/11/2015, às 9h30 em 1ª convocação, com o número regimental; e às 10h, em 2ª convocação, com o número de participantes, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, na Rua Rodrigues Caldas, 30, Santo Agostinho, Belo Horizonte, para debaterem e deliberarem sobre a continuidade ou não do movimento grevista. Em caso de decisão pela continuidade, se será geral ou parcial, por tempo determinado ou indeterminado. As assembleias poderão ser antecipadas por motivos urgentes ou a critério da diretoria do SERJUSMIG.

**Belo Horizonte, 07 de novembro de 2015
(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente/SERJUSMIG**

Manifestações na Capital e no interior põem a indignação dos Servidores



Cerca de 600 Servidores compareceram à AGE do dia 28/10 e, por unanimidade, votaram pela continuidade da Greve parcial, por tempo indeterminado

Nem a ameaça de chuva, muito menos a pressão de alguns superiores hierárquicos foi suficiente para frear os ânimos dos grevistas do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, que, unidos em Ato Público, reivindicaram no Dia do Servidor Público, 28/10, o cumprimento dos seus direitos, especialmente a revisão-geral das categorias, assegurada na Constituição Federal e por lei estadual, mas que vem sendo desrespeitada pelas administrações das duas Casas.

Concentrados em frente ao Palácio da Justiça, Servidores grevistas de dezenas de comarcas do Estado fizeram uma caminhada até a Praça Sete, de onde voltaram para retomar os protestos em frente ao Palácio da Justiça, no horário da sessão do Órgão Especial.

AGE

Na parte da tarde, mais de 600 Servidores seguiram para a AGE da categoria, onde, por unanimidade, decidiram pela continuidade da greve parcial, por prazo indeterminado.

De forma muito veemente, deixaram claro que jamais aceitarão trocar um direito constitucional, que é a Revisão Salarial Anual (data-base 2015), por um abono que não recompõe perdas.

Mobilizações

Fórum Lafayette e Juizados Especiais em BH

Nas últimas semanas de outubro, dirigentes sindicais e colegas que aderiram à greve se organi-

zaram em caravanas para mobilizar aqueles que ainda não estavam no movimento paredista.

As mobilizações aconteceram em todas as varas do Fórum Lafayette, nos Juizados Especiais e Varas da Fazenda em Belo Horizonte. Os resultados foram muito positivos e já se fizeram sentir nos dias seguintes às mobilizações, com o crescimento expressivo de assinaturas do ponto paralelo.

Uberlândia

No dia 21/10, os dirigentes do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, Rui Viana e Antônio Costa estiveram na comarca de Uberlândia.

A direção sindical percorreu todas as unidades da comarca, convidando os colegas para uma reunião no Fórum, seguida de um Ato Público. O resultado foi bastante animador, com um comparecimento expressivo por parte dos Servidores da comarca e região, que fizeram questão de declarar seu apoio e adesão à greve.

Juiz de Fora

No dia 22/10, o SERJUSMIG, representado pelos dirigentes Rui Viana e Antônio Costa, estiveram no Fórum Benjamim Colucci, em Juiz de Fora, a fim de mobilizar os Servidores da comarca. Os diretores percorreram os postos de trabalho, convidando os colegas a descerem para a porta do fórum e, lá, além de ouvirem esclarecimentos sobre as negociações com o TJMG e sobre a greve parcial da categoria, contribuírem para a realização de um ato público.

Anterior, atos conjuntos e AGE lotada ex- com o descaso para com seus direitos

Intimidação

Uma coisa ficou muito clara: a tentativa de intimidar Servidores e de impedi-los de exercer o direito constitucional da greve está presente de forma muito forte na comarca. Alguns colegas sofreram ameaça de corte do ponto do dia pelo simples fato de deixarem por alguns instantes seus postos de trabalho para irem ouvir as lideranças sindicais.

O SERJUSMIG alerta: nenhum gestor público tem o direito de cortar o dia de trabalho do Servidor que se ausentar por alguns momentos de seu posto de trabalho, até porque, ele não faltou ao serviço. Também não pode impedi-lo de exercer seu direito de manifestação e nem o de greve. O Servidor que participa de ato público ou greve não comete nenhum crime; o mesmo não pode ser dito de quem tenta impedir um cidadão, qualquer que seja, de exercer seus legítimos direitos consagrados na Constituição Federal.

O SERJUSMIG está pronto para dar aos colegas da comarca todo o apoio. Lembrando que a Lei é para todos. Ninguém está acima dela, ainda que pense estar.

Mais mobilização, dentro da agitada agenda da greve

Rui Viana e Antônio Costa, também percorreram, para mobilizar os Servidores, as comarcas de Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Santa Luzia, Timóteo e Governador Valadares. Fotos dessas comarcas estarão na próxima edição do SERJUSMIG notícias.

27/10 - Servidores públicos se reúnem na ALMG



Centenas de Servidores públicos, de vários segmentos de Minas Gerais, se reuniram na ALMG para mostrar sua indignação com o descaso dos dirigentes dos órgãos estatais para com seus direitos. Na pauta comum estiveram temas como respeito à data-base, fim da contratação de cargos comissionados e fortalecimento do IPSEMG.

28/10 - Servidores do TJ e MP no Palácio da Justiça



Milhares de Servidores do TJMG e do Ministério Público fizeram ato em frente ao Palácio da Justiça, no Centro de BH. Os manifestantes reivindicavam o cumprimento da revisão-salarial das categorias - asseguradas por lei estadual e pela Constituição Federal - mas que vem sendo desrespeitada pelas administrações das duas Casas.

28/10 - Passeatas movimentam o Centro de BH



Logo após a concentração em frente ao Palácio da Justiça, os manifestantes saíram em passeata pela Av. Afonso Pena, até chegarem à Praça Sete. De lá, voltaram até o Palácio, onde acontecia a reunião quinzenal do Órgão Especial, para continuar o protesto pelo cumprimento de seus direitos negligenciados.

MOBILIZAÇÃO NAS COMARCAS

21/10 - Uberlândia



22/10 - Juiz de Fora





Varal da Vergonha

O TJMG foi assunto na imprensa de todo o País pelas denúncias de gastos exorbitantes, seja na intenção de compra de uma nova frota de veículos luxuosos ao custo de R\$ 6,2 milhões, seja na compra excessiva e incomum de alimentos de alto padrão para uso da cúpula, no edifício sede do Tribunal, em BH.

De acordo com as divulgações, para 2016, foram orçadas a compra de 96 kg de filé mignon Friboi, 50 kg de filé de salmão e 96 kg de carne de sol. Isso e mais 600 kg de arroz, 18 mil abacaxis, 24 toneladas de pão de queijo, 16,8 toneladas de mamão havaí, 1,8 tonelada de presunto, duas

toneladas de presunto de peru light Sadia e ainda 50kg de kiwis, entre outros 160 tipos de alimentos.

Segundo reportagem veiculada no dia 29/10, pelo jornal O Estado de São Paulo, “desde que a atual gestão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) tomou posse, em 2014, os lanches para juizes, desembargadores, tribunais do júri e eventos institucionais no prédio sede do Judiciário mineiro ficaram mais fartos. Enquanto nos quatro anos anteriores a média de gasto com os lanches ficou em torno de R\$ 741,4 mil, corrigidos pela inflação, o edital para fornecimento de alimentos para “confeção de lanches” deste ano tem previsão de gastar R\$ 1,7 milhão.”

PL do Automatismo tramita em tempo recorde na ALMG

Em apenas quatro dias, os projetos de lei que autorizam o reajuste automático de salário de magistrados e promotores e Justiça do Estado (PLs 2252/2015 e 2353/2015), respectivamente, passaram por três comissões na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG e foram aprovados rapidamente em todas elas.

A tramitação começou na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ na terça, dia 3, seguiu para a Comissão de Administração Pública - CAP no dia seguinte, na quinta, dia 5, chegou à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - CFFO, onde foi distribuído, para, na sexta, ser aprovado.

Os deputados Sargento Rodrigues (PDT) e Rogério Correia (PT) foram os únicos nessas comissões a se manifestarem contra a aprovação. Rodrigues, em síntese, por considerar o projeto inconstitucional e discriminatório, já que garante reajuste automático àqueles que sequer cumpriram com o dever Constitucional da recomposição salarial de seus trabalhadores, e Correia, por compreender que a matéria deve ficar parada na Casa até que o TJMG efetive conciliação com os Servidores relativa à greve e aos processos contra a liberdade de expressão movidos contra o Sindicato, sua presidente e Servidores da base.

O líder do governo na ALMG, Durval Ângelo (PT), esteve presente em todas as três comissões defendendo o automatismo. Na sexta-feira, dia 6, o parlamentar chegou a bater boca com Servidores, que, indignados, o chamavam de traidor.

Aos gritos de “Rejeita!”, os Servidores lotaram os plenarinhos em todos os quatro dias que os PLs tramitaram nas comissões, pedindo para que os deputados não aprovassem um projeto que escancara ainda mais o uso de dois pesos e duas medidas nessas Instituições.

Além de inconstitucionais, os PLs vão contra o que a PEC 62/2015, em tramitação no Senado Federal, pretende, que é a vedação à vinculação remuneratória entre subsídios de agentes públicos, a fim de que seja respeitada a realidade financeira de cada Estado. “O que mais me indigna é assistir a troca de gentilezas entre líderes do governo e da oposição acontecer exatamente numa pauta que em nada beneficia a sociedade. Que nos enche de vergonha”, disse uma Servidora. “É desolador ver a troca de cordialidades entre os Poderes se sobrepor aos interesses da sociedade”, queixava-se outro Servidor.



O deputado Durval Ângelo (PT) esteve presente nas votações das três comissões, defendendo o reajuste automático para magistratura e promotoria

Política

Dilma nomeia vice do PR
No entanto de encerrar o prazo de base aliada no Congresso, a presidente Dilma Rousseff anunciou a nomeação de Eduardo Braga para o cargo de vice-presidente do PR no Senado Federal.

Manobra. Licitação homologada prevê a compra de seis Ford Fusions e 80 Renault Fluences pelo Judiciário

TJMG troca frota de carros por modelos mais caros e luxuosos

ESTADÃO POLÍTICA • ECONOMIA • INTERNACIONAL • ESPORTES • SÃO PAULO

Fausto Macedo
Repórter

EM ALTA Operação Lava Jato • Cartel de trens • Artigos • Polícia Federal • Novas Far

Judiciário

Lanche de juizes e desembargadores fica R\$ 1 mi mais caro em Minas

Política

Em ano de crise, Justiça de MG defende reajuste automático

Projeto de lei oficializa efeito cascata de aumento nos subsídios dos ministros do Supremo

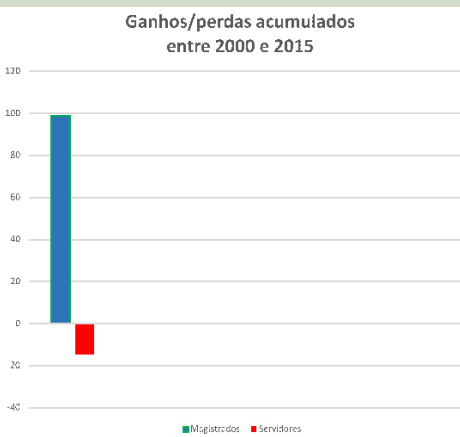
ABONO: PORQUE NÃO É VANTAJOSO ACEITÁ-LO

Aceitar a troca do reajuste da data-base pelos abonos propostos pelo TJMG levaria a perdas significativas para os Servidores. A título de ilustração, comparando o cenário onde ocorre o reajuste orçado para 2015 (6,28%) com o cenário onde esse reajuste não ocorre, há uma perda anual bruta de R\$ 1.991,64 para o PJ 28, R\$ 3.118,98 para o PJ 42 e R\$ 9.571,95 para o PJ 77.

Minas Gerais declarou que os Servidores do TJ tiveram, nos últimos cinco anos, um ganho real salarial superior a 5%. Um grande equívoco, facilmente contradito por estudos realizados pelo DIEESE, a partir de informações comparadas entre as tabelas de carreiras do TJMG e dados apresentados pelo IBGE (IPCA).

Se compararmos o cenário onde há o reajuste de acordo com a inflação medida pelo IPCA (entre 1/5/14 e 30/4/15), que foi de 8,17%, com o cenário onde não há reajuste, as perdas anuais brutas acumuladas seriam de R\$ 2.591,03 para o PJ 28, R\$ 4.057,66 para o PJ 42 e R\$ 12.452,68 para o PJ 77. É importante enfatizar que as perdas acima calculadas referem-se apenas ao período de um ano; além dessas perdas ressalte-se que, reajustes que forem concedidos nos próximos anos serão dados sobre uma base menor, o que leva ao acúmulo de perdas salariais ao longo do tempo.

Enquanto os magistrados tiveram um ganho real de 98,72% em seus vencimentos, no mesmo período, os Servidores acumularam perda de 14,86%. Uma realidade que está clara apenas para quem de fato se preocupa em estabelecer uma relação equânime e justa entre as categorias.



Dados sobre magistrados contabilizados entre agosto de 2001 e agosto de 2015 e sobre os Servidores de dezembro de 2000 a julho de 2015.

O não pagamento da data-base 2015, contra o reajuste automático dos magistrados que tramita na ALMG, vai aumentar ainda mais a discrepância salarial entre os trabalhadores do TJ e a cúpula do poder. O que prova que, definitivamente, a crise econômica nacional e estadual é seletiva e só atinge aqueles que são subjugados por uma Administração arbitrária, que trata com dois pesos e duas medidas valores que deveriam ser equânimes.

Perdas Salariais

Durante reunião do Órgão Especial do dia 28/10, o ocupante do cargo de presidente do Tribunal de Justiça de

SERJUSMIG busca apoio da OAB contra condutas antissindicais do TJMG

Na tarde de 4/11, os dirigentes do SERJUSMIG Sandra Silvestrini e Rui Viana se reuniram no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, com membros que compõem a chapa única que concorrerá às eleições da OAB/MG. Estiveram presentes ao encontro o candidato à presidência da chapa, Antônio Fabrício Gonçalves, que é atual Diretor Tesoureiro da OAB/MG, o presidente das Comissões de Direito Sindical da OAB Federal e da OAB/MG, Bruno Reis de Figueiredo, dentre outros

atuais e futuros dirigentes da Ordem mineira, além de membros da OAB Federal.



Sindicalistas buscam apoio da OAB contra condutas antissindicais do TJ

Os dirigentes sindicais esclareceram a todos sobre os processos judiciais movidos pela AMAGIS e pelo atual ocupante do cargo de presidente do Tribunal contra o Sindicato, sua presidente e Servidores, que colocam em risco a Liberdade de Expressão e o movimento sindical, além de ações administrativas que são promovidas contra outro direito Constitucional, que é a greve.

SERJUSMIG faz proposta conciliadora ao TJMG

Apesar de já haver apresentado várias alternativas ao TJMG para que a data-base (revisão geral salarial) da categoria fosse honrada pela Instituição, após a AGE do dia 17/10, o SERJUSMIG voltou a acionar o Tribunal, via ofício, apresentando nova contraproposta*, disponível na íntegra, em nosso site.

Mas a Administração do TJMG mudou sua justificativa para negar esse direito aos Servidores. Antes alegava restrição orçamentária (limite da LRF), mas, após a assessoria técnica dos sindicatos demonstrar cabalmente que, para fins da revisão geral salarial assegurada na Constituição Federal, não havia entrave de ordem orçamentária e nem legal, a Casa passou a argumentar que a Lei 18.909/2010 não se refere à revisão geral salarial. Para a Administração, a revisão geral salarial só poderia ser concedida pelo chefe do executivo, sempre na mesma data e índice para todo o funcionalismo público.

Ora, o que a Administração não responde é como ficaria, neste caso, a autonomia e a independência financeira e administrativa dos Poderes. Fato é que a Lei 18.909/2010, vigente, é clara em assegurar que seja processado no contracheque dos Servidores do Poder Judiciário mineiro, em 1º de maio de cada ano, a revi-

são geral salarial assegurada no inciso X do art. 37 da CF. A atual Administração do TJMG estimula a insatisfação da categoria, que, antes, se sentia desmotivada, mas agora une à desmotivação o sentimento de plena indignação.

* Leia a parte do ofício onde o SERJUSMIG apresenta a contraproposta:

“Em relação à data-base, o SERJUSMIG reitera o posicionamento de sua assessoria técnica, da exceção à concessão, mesmo ao Poder que estiver extrapolando o limite da LRF (art. 22 da LC 101/2000). Mas, caso não seja este acatado, reitera sua disposição de acordar em torno da proposta de que seja concedido, a título de revisão-geral, a viger a partir de 1º de maio de 2015, com verba do orçamento do ano em curso: 3,97% e que, a este percentual, se some mais 4,0936% - lembrando que já está previsto 5% no orçamento de 2016 da Casa - também a viger a partir de 1º de maio de 2015. Considerando que este pagamento seja efetivado em janeiro do ano que vem, as parcelas atrasadas e retroativas se transformariam em restos de exercícios anteriores, portanto, não impactando nos limites da Lei. De tal forma que a discussão da data-base de 2016 é que seria adiada, e não atropelada e negada a de 2015.”

SERJUSMIG fortalece luta da Fenajud pela reinserção da PEC 526/10 na pauta da CCJ

No dia 20/10, a Fenajud, com o apoio de cerca de 50 representantes de sindicatos filiados, dentre eles o SERJUSMIG, realizou intensa mobilização em Brasília para reivindicar dos deputados federais a volta à pauta da PEC 526/10, que acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, dispondo sobre a participação de Servidores na eleição de membros dos órgãos diretivos dos Tribunais de Justiça.

Todos os 513 gabinetes de deputados foram visitados pelos Servidores, que, a seguir, se dirigiram ao Plenarinho I, onde acontecia a reunião da

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Congresso, para coletar assinaturas em requerimento do deputado Padre João (PT-MG), que solicitava o retorno da PEC à pauta da comissão.



Representantes de sindicatos filiados à Fenajud visitaram os 513 gabinetes dos deputados em Brasília, colhendo assinaturas a favor do retorno da PEC 526/10

Todas as assinaturas necessárias foram coletadas e enviadas para a mesa da comissão que, para surpresa dos militantes, rejeitou o requerimento. Objetivando a democratização do Judiciário, a Fenajud promete aumentar a pressão e a mobilização em prol da aprovação da PEC 526/10.

Correios